



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682613 - MS (2021/0233979-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : CLAUDIO DE SOUZA NOVAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDIO DE SOUZA NOVAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Embargos Infringentes e de Nulidade n. 0001999-73.2010.8.12.0051/50000).

O paciente evadiu-se do sistema prisional quando cumpria pena de 36 anos, 6 meses e 25 dias em regime semiaberto. Ocorreu a regressão cautelar e foi expedido mandado de prisão, cumprido nove meses após a evasão. Na audiência de justificação o magistrado abonou a falta grave e restabeleceu o regime semiaberto ao reeducando.

O Tribunal *a quo* deu provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público para determinar o retorno ao regime fechado (e-STJ fls. 46-53).

Opostos embargos infringentes, foram desprovidos (e-STJ fls. 90-101).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, porquanto irá cumprir a pena que lhe foi imposta em regime mais gravoso.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para restabelecer o regime semiaberto para o cumprimento da reprimenda.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, consignou a autoridade impetrada ao negar provimento aos embargos infringentes e de nulidade opostos em face do acórdão que deu provimento ao agravo em execução (e-STJ fls. 29-30):

Da análise dos autos, tenho que os presentes embargos não podem ser acolhidos, devendo ser mantido o voto vencedor.

Em consulta aos autos originais (SEEU), verifico que o reeducando cumpre pena total de 36 anos 6 meses e 25 dias e estava em regime semiaberto com data de progressão para o regime aberto em 22-10-2022 (mov. 7.1), mas se evadiu em 21-6-2019 (mov. 1.749).

Diante da evasão, houve a regressão cautelar, sendo expedido mandado de prisão, cumprido apenas em 9-3-2020 (mov. 8.1), ou seja, CLÁUDIO ficou, aproximadamente nove meses foragido.

Foi realizada audiência de justificação, sendo que o magistrado abonou a falta grave e decidiu pelo restabelecimento do regime semiaberto ao reeducando (mov. 24.1).

Contudo, de fato, não há qualquer indício a corroborar a justificativa apresentada pelo agravante, no sentido de que estava sofrendo ameaças na unidade prisional.

Veja-se que, ao invés de tomar as medidas legais cabíveis para garantir o cumprimento da pena em segurança, o custodiado optou por ficar foragido por largo período de tempo, não podendo ser acolhida tal justificativa.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência